

Agência rebaixa dívida brasileira e governo reage

Fitch alega piora nos fundamentos de crédito, mas autoridades refutam as informações

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A agência de classificação de risco Fitch rebaixou ontem as dívidas interna e externa do Brasil de B+ para B, com perspectiva negativa. O motivo, segundo a Fitch, seria a piora nos fundamentos de crédito, provocada “por incertezas persistentes em torno da continuidade das políticas econômicas e da sustentabilidade da dívida, como resultado da transição eleitoral”. Tão logo tomou conhecimento do rebaixamento, o governo classificou de “extemporânea e equivocada” a decisão da agência. “Extemporânea por partir de uma visão preconcebida do desenho futuro da política econômica; equivocada por basear-se em conteúdo analítico deficiente”, afirma uma nota conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central (BC).

A nota conclui que a agência “tomou uma decisão precipitada e sem o necessário embasamento técnico requerido para cumprir com sua missão: a de orientar res-

ponsavelmente os investidores aqui e no exterior”. A divulgação de uma nota de duas páginas e meia criticando duramente a decisão da agência é um fato inédito. Normalmente, o governo não comenta as oscilações na classificação de risco do País. Ela marca uma atitude mais agressiva em defesa da política econômica brasileira.

Segundo a nota, o relatório da Fitch analisa as perspectivas da economia brasileira a partir da transição administrativa e das decisões que serão tomadas pelo futuro presidente. Mesmo reconhecendo ser incapaz de prever o que será feito e apesar de elogiar as declarações do líder nas pesquisas de intenção de voto, a agência, na avaliação do governo, “age como se soubesse que o próximo governo não será capaz de lidar de forma adequada com a questão”.

Na avaliação da equipe econômica, a Fitch comete um equívoco ao analisar a possível trajetória futura da dívida ao pressupor que os efeitos da alta do dólar serão permanentes. É por isso que a agência conclui que seria necessário elevar as metas de superávit primário para manter o saldo da dívida sob controle. A Fitch supõe que o próximo governo não seria capaz de fazer um esforço fiscal adicional

“por razões políticas”.

A nota afirma ainda que a Fitch faz uma “análise desatualizada” ao considerar que o Tesouro Nacional tem encontrado dificuldades em vender títulos da dívida interna. Há seis semanas, as vendas de títulos federais têm sido de R\$ 2 bilhões, em média. Na semana passada, a procura por Letras Financeiras do Tesouro (LFT) foi sete vezes maior do que a quantidade oferecida.

Outro erro apontado pelo governo é a suposição de que o País enfrentará turbulências até o segundo trimestre de 2003. O governo lembra que “o Tesouro preparou-se para as incertezas eleitorais, criando um colchão de liquidez para poder enfrentar períodos de turbulência e assegurar uma transição sem sobressaltos”. Foi montada uma estratégia para assegurar os pagamentos da dívida até pelo menos março de 2003.

Nem mesmo os números citados pela Fitch para o setor externo estão corretos, segundo a nota. O relatório menciona que as necessidades de financiamento do governo central são de US\$ 24 bilhões de hoje até o final de 2003, quando o correto são US\$ 21 bilhões. Diz ainda que as obrigações com o FMI no período somam

US\$ 8 bilhões, quando na verdade são US\$ 9,6 bilhões.

Segundo a nota, a Fitch pressupõe que o futuro governo não vai manter o acordo com o FMI, a despeito de os candidatos à Presidência da República haverem afirmado o contrário.

A análise da agência também teria conferido “pouco peso” ao fato de o câmbio no Brasil ser fluante e ao “extraordinário” ajuste nas contas externas brasileiras, que terão um déficit inferior a US\$ 13 bilhões neste ano e menor ainda em 2003.

Sem mudança – Outra agência de classificação de risco, a Standard & Poor's decidiu manter seus ratings e perspectivas atuais sobre o Brasil. “Não há motivo para mudar”, disse a diretora de ratings para a América Latina da S&P, Jane Eddy. A agência dá ao Brasil a classificação B+, com perspectiva negativa. Eddy destacou algumas declarações positivas recentes sobre o futuro da política econômica feitas pelo candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, disse que a S&P tem preocupações com a adesão do novo governo à Lei de Responsabilidade Fiscal e com o compromisso com a independência do BC. (Com Dow Jones Newswires)

A Fitch tomou uma decisão precipitada e sem o necessário embasamento técnico

Da nota conjunta do Ministério da Fazenda e do Banco Central